

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCeub
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - FACE
CURSO DE HISTÓRIA - NOTURNO
PROFESSOR RUBENS CÂMARA

**CORONELISMO, ENXADA E VOTO: O
MUNICÍPIO E O REGIME REPRESENTATIVO
NO BRASIL (1889-1930): UMA VISÃO CRÍTICA
SOBRE A OBRA DE VITOR NUNES LEAL.**

Nemo de Andrade do Amaral

15.06.2004

Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime
representativo no Brasil (1889-1930): uma visão crítica sobre a
obra de Vitor Nunes Leal.

Nemo de Andrade do Amaral

*Aos meus pais, irmão e
professores, com quem
tanto tenho aprendido.*

“No campo, no distrito, no município, o chefe político, o coronel tardo e solene, realista e autoritário, amortece, na linguagem corrente, o francês mal traduzido e o inglês indigerido. Ele municipaliza a expressão erudita, comunicando-lhe, de seu lado, sentido e conteúdo, converte o freio jurídico do governo no buçal caboclo”.
(Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder*, 1958, p.697).

SUMÁRIO

1.
Introdução.....
....06.
2. Coronelismo, historiografia e a construção do discurso de Vitor Nunes
Leal.....
....08.
3. Coronelismo, enxada e voto: a inversão do discurso historiográfico sobre a

política da Primeira República no	
Brasil.....	17.
4. A evolução do objeto de estudo: permanências e discontinuidades da teoria	
política de Nunes	
Leal.....	29.
5.	
Conclusão.....	
.....	41.
6.	
Bibliografia.....	
.....	44.

INTRODUÇÃO

Referência fundamental da literatura política brasileira, *Coronelismo*,

Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil (1889-1930)

introduziu internacionalmente - ao lado de outras obras clássicas latino-americanas sobre as estruturas de poder local na América do Sul - no foro dos estudos sócio-políticos o coronelismo, como fenômeno característico do interior do Brasil que, na concepção do autor, o jurista, jornalista e pesquisador Vitor Nunes Leal, corresponde a uma quadra da evolução do povo brasileiro.

A obra de Nunes Leal, desde seu surgimento, passou a valer como um clássico da nossa literatura política. ***Coronelismo, enxada e voto*** não se apresenta como um conglomerado de impressões pessoais, mas como rigorosa análise das realidades políticas e relações sociais locais, profundamente enraizadas na organização agrária do Brasil e produto espontâneo do latifúndio. A obra de Leal trata da presença política do município e seu relacionamento com os demais poderes públicos, o estadual e o federal.

Para a historiografia o coronelismo apresenta-se como um sistema de poder político implantado na Primeira República Brasileira, entre os anos de 1889 e 1930, pelas oligarquias latifundiárias, através da apropriação dos governos estadual e federal, pela arregimentação de votos e cooptação político-eleitoral.

De outra forma, o debate político sobre o tema tanto no Congresso como no âmbito acadêmico, em meados da década de 1950, considerava o fenômeno do coronelismo em sua forma imediata: o poder municipal sobressaindo nas esferas públicas estaduais e federais. Contra essa impressão, surgiu o discurso de Vitor Nunes Leal.

A tese desse autor, contestando o debate político então corrente, que entendeu o poder político-eleitoral dos coronéis e proprietários rurais como decorrência lógica do poderio econômico e social do latifúndio sobreposto ao poder público, apresentou a inversão do problema como proposta para seu entendimento. Para Leal, o enfraquecimento e debilidade do setor agrário, e conseqüente fortalecimento do Estado, imprimiu aos coronéis seu característico poder político-eleitoral. A análise de Nunes Leal desestruturou as análises então vigentes, mudando a interpretação e direção dos estudos subseqüentes sobre a política da Primeira República Brasileira.

Coronelismo, enxada e voto representa, portanto, uma ruptura com o pensamento político da época, sobre o coronelismo. Logo, o propósito projetado, por meio dos conceitos e caminhos da análise do discurso, é analisar as condições que permitiram a construção do seu discurso, e de seu pensamento político sobre esse curto período da história republicana brasileira, porém, repleto de conseqüências para a estrutura social e política do Brasil atual. Em contraponto à análise de Leal, ou mesmo concernentes à mesma, observaremos algumas análises mais recentes, e o tratamento que tem dado a historiografia ao fenômeno do coronelismo, a fim de entender as permanências e transformações por que passaram as análises sobre a história política da República Velha.

CAPÍTULO PRIMEIRO

Coronelismo, historiografia e a construção do discurso de Vitor Nunes Leal.

A historiografia brasileira apresenta abundantes estudos que tratam do coronelismo, definindo-o explícita ou implicitamente com diferentes abordagens que, numa leitura superficial, aparentam ser meros matizes de interpretação.

Diversos historiadores se ocuparam de uma rígida análise do coronelismo como “sistema” de poder na Primeira República, uns pela abordagem sociológica, outros pela própria abordagem política característica do fenômeno. Porém, após 1949, com o surgimento da obra de Vitor Nunes Leal, *Coronelismo Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*, o debate político sobre o coronelismo tomou outra direção, e a defesa conceitual em torno do fortalecimento do poder municipal, face à implantação de um regime representativo, reconheceu o seu inverso, como base de interpretação e estudo para as análises posteriores.

A partir de uma análise sobre o coronelismo na Paraíba na década de 50, Jean Blondel afirma serem três os canais que levaram sucessivamente para o poder coronelístico: a fortuna, a parentela e as profissões liberais, principalmente médicos e advogados.

Para Maria Isaura, esses três canais não se deram sucessivamente no tempo, mas apareceram simultaneamente desde a Independência. Segundo a autora, os “novos coronéis”, de Blondel, cujo poder se originava nas práticas de suas

profissões colocadas a serviço da política, estavam integrados na estrutura já existente, ligados aos antigos coronéis pelo casamento e outros laços.

Maira Isaura Pereira de Queiroz entende o coronelismo como uma forma específica de poder político brasileiro da República Velha assumida pelo mandonismo local na sua adaptação ao regime político de extensa base representativa. A autora percebe o fenômeno como uma estrutura de clientela política originada nos grupos de parentela.

Eul-Soo Pang admite o coronelismo como “um exercício de poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseia no seu status” , típico de um período de transição de uma nação agrária para uma industrial. Pang considera as origens dos coronéis nas milícias coloniais do final do século XVIII, para as quais o título de “coronel” correspondia ao posto militar originado dessas milícias. O autor afirma que o poder do coronel, sendo privado, foi patrocinado pelo poder público da metrópole portuguesa, desde o início da formação sócio-política brasileira, devido à impossibilidade de controle, pelo poder público, do extenso território brasileiro. O coronel preenchia funções que posteriormente corresponderiam ao Estado, tais como justiça, proteção, assistência, etc. Dessa forma, Pang acredita que nunca houve oposição entre o poder privado e o poder público, mas complementaridade.

A complementaridade observada por Pang e Maria Isaura é também descrita por Raimundo Faoro ao se referir ao coronel como aquele que fazia a política e complementava a administração pública, no âmbito municipal, dentro do partido

único, mas não monolítico tumultuado na base por dissensões de famílias e grupos em busca do poder.

De outra forma, Domingos Velasco reduz o aspecto da complementaridade de poderes entre o município e o Estado descrito por Pang e Maria Isaura. Velasco observou que o poder estadual tinha o cuidado de se manter alheio à intervenção nas políticas municipais. Porém, são freqüentes os exemplos da interferência, inclusive pela força, na balança política do município. Isso se dá pelas próprias contingências da luta municipal e não apenas pelo recurso à violência.

De maneira diversa, Emílio Willems afirma que

“No Brasil, o patrimonialismo lançou raízes nas estruturas políticas locais dominadas por latifundiários. A velha e bem conhecida competição entre poder estatal e poder ‘privado’ geralmente é favorável a este. O governo da metrópole e, mais tarde, o governo imperial e republicano são obrigados transigir com o chamado poder privado. Com a democratização relativa do país, o poderio dos senhores locais tende a crescer, pelo eleitorado que dominam e podem jogar na balança política”.

Observe que Willems utiliza a palavra *competição* para definir as relações entre o Estado e o município, admitindo que, na balança de poder, pesa mais o poder da esfera local. Assim, Willems diverge da opinião de Domingos Velasco, quanto ao aspecto da complementaridade de interesses dos poderes estadual e municipal. E diverge da tese de Vitor Nunes Leal, ao afirmar que o poder do município se sobressaia ao poder Estadual. O principal aspecto da tese de Nunes Leal é o fortalecimento do poder público em relação ao municipal.

“Cientistas sociais têm estudado com amplitude o assunto: percebe-se por essas análises não haver de fato uma abdicação do público em favor do

privado. Há é compromisso entre um e outro. A simples necessidade de ter aprovação do Estado, entrando em compromisso, mostra que o privado tem de compor-se com o público. Relação natural, até óbvia. O coronelismo, no período considerado [1889-1930], tem fisionomia bem determinada e não deve ser confundido com outras expressões de coronelismo, encontráveis depois de 1930, quando há mandonismo ou clientelismo, caso do flexível coronelismo de comerciantes e outros agentes urbanos”.

Pang e Maria Isaura, ao se referirem às bases do coronelismo, minimizam a propriedade da terra como base de poder político, enfatizando que alguns coronéis não possuíam propriedade de terra. Enquanto Maria Isaura afirma que “a posse de bens de fortuna que não a terra superou não raro no Brasil o poder trazido exclusivamente pela posse da terra”. Pang assinala o comércio, a indústria e o carisma como bases do poder dos coronéis.

Por fazerem uma análise individualizada do poder de cada coronel, ou de alguns deles, Pang, Blondel e Maria Isaura, neste sentido, podem minimizar a posse da terra como sendo uma das bases possíveis desse poder.

De maneira diversa, e a partir de uma análise de caráter global, estrutural, Vitor Nunes compreende o coronelismo - baseado numa relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido - como um sistema de poder cuja base é a estrutura agrária.

De acordo com Leal, com outra estrutura agrária, não concentradora, poderia haver coronéis, mas certamente não haveria sistema coronelístico. A estrutura agrária concentradora de capital, de bens e de possibilidades de ascensão social, pré-determina, em última instância, o sistema como um todo. Assim deu-se uma

associação freqüente da propriedade fundiária com atividades agroindustriais, comerciais e financeiras.

Com o advento do sistema representativo amplo, na Primeira República, sobre uma estrutura econômico-social ainda “arcaica”, o poder central negociava o compromisso coronelista porque precisava dos “rebanhos eleitorais” arregimentados pelos coronéis, através do voto. Este compromisso permeava toda a estrutura de poder nacional nos níveis municipal, estadual e federal. Os chefes políticos municipais apoiavam incondicionalmente os candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais, de forma que o governo do estado concedia o poder político de mando nos municípios aos senhores locais. Os governadores, por sua vez, aproveitavam-se das limitações jurídicas à autonomia dos municípios e montavam, em proveito próprio, as oligarquias locais, fundando assim as oligarquias estaduais. Destarte a historiografia entende o fenômeno do coronelismo como uma complexa teia de relações e favores políticos que se irradia do município ao poder central.

O coronelismo não foi apenas tema de diversos debates científicos, mas inspirou, em certa medida, a produção literária brasileira, pródiga em relatar as façanhas e malvadezas dos coronéis. A literatura se ocupou em descrever copiosamente o mundo rural, violento e rústico em que viviam os coronéis. Os “causos” contados e cantados por estes senhores tornaram-se histórias dos romancistas e roteiristas da teledramaturgia.

Obras como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e *Grandes Sertões: Veredas*, de Guimarães Rosa, proporcionam notáveis descrições dos cenários em que

viveram os donos de terras. Outros autores se inserem como personagens de suas próprias obras, assumindo a identidade do coronel, como é o caso de Aureliano Figueiredo Pinto, em *Memórias do Coronel Falcão*. Não se pode esquecer o nome de Jorge Amado, escritor baiano de maior expressão internacional, que abordou o coronelismo em todas as suas facetas nos seus romances do chamado ciclo do cacau, São Jorge de Ilhéus, Cacau, e numa de suas obras de maior destaque, Gabriela cravo e canela.

Boa parte da literatura brasileira, mesmo a inspirada em Leal, identifica coronelismo e mandonismo. Para José Murilo, a identificação dos dois conceitos foi negativo, apesar de ter esclarecido o fenômeno do mandonismo. “O conceito atinge, nesse caos, uma amplitude e uma frouxidão que lhe tiram o valor heurístico”.

Segundo esse autor, os autores que vêem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do País, por exemplo, estão falando simplesmente de clientelismo. As relações clientelistas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Já o coronelismo “retrata-se com uma curva tipo sino: surge, atinge o apogeu e cai num período relativamente curto”.

Em contrapartida à análise de José Murilo, a socióloga Celina Vargas do Amaral Peixoto encontra reminiscências do coronelismo no período recente da história do Brasil. Referindo-se à obra de Vitor Nunes, Celina Vargas entende que

“A situação, tão bem descrita pelo autor [Vitor Nunes], apresenta hoje consequências desastrosas. Se, nas últimas décadas do século, a população rural correu para as cidades atraída inicialmente pelo processo de

industrialização e deixou de usar a enxada como instrumento de trabalho, a relação entre o coronel e o voto parece sobreviver sob novas formas diversificadas do ‘coronelismo’ no Brasil urbano. A relação de reciprocidade ganha novos contornos e amplia sua esfera para outras arenas: a escola só é concedida pelo vereador, a rede de água e esgoto ou a instalação elétrica pelo deputado estadual [...] As políticas públicas que têm por objetivo melhorar e sustentar os bons índices de desenvolvimento, como a educação, a saúde e o meio ambiente, para citar apenas algumas, acabam sendo privatizadas pelas verbas distribuídas diretamente aos parlamentares, pela contratação cabos eleitorais para assumir funções nobres em órgãos públicos ou pelos ‘currais comunitários’, desenvolvidos pelos coronéis modernos”.

Porém, o que importa para José Murilo de Carvalho não é discutir a existência de dominação no fenômeno, mas detectar a natureza do tipo de dominação. Para o autor faz enorme diferença se ela procede de um movimento centrado na dinâmica do conflito de classes, gerado na sociedade de mercado, que surgiu da transformação do feudalismo na moderna sociedade industrial, via contratualismo, representação de interesses, partidos políticos, liberalismo político; ou se ela se funda na expansão lenta do poder do Estado que aos poucos penetra na sociedade e engloba as classes via patrimonialismo, clientelismo, coronelismo, corporativismo, populismo.

Diversos autores analisarem o coronelismo, sob formas metodológicas diferentes e em momentos diversos, mas todos, ou a maioria deles, toma por base a crítica ao discurso de Vitor Nunes Leal para a construção de suas próprias idéias, por mais diversas e conflitantes que sejam.

A análise de algumas das interpretações discursivas do fenômeno, e sistema de poder político, denominado “coronelismo” permite desvendar as facetas da produção historiográfica sobre o tema, entender o momento histórico e os motivos de

sua construção, as suas insinuações e intenções, e o próprio discurso ideológico de seus autores.

Veja-se que o debate historiográfico sobre o fenômeno do coronelismo ganhou força e consistência após a década de 1950, com a construção do discurso de Nunes Leal, considerado pelos estudos historiográficos a primeira análise rigorosamente “sistêmica” da política brasileira, “*Coronelismo, Enxada e Voto*”, pretendeu mostrar como funcionava - e em certa medida ainda funciona - o processo político brasileiro. Para o autor, o coronel passou a ser parte da análise por estar inserido no sistema; embora sua preocupação inicial fosse o próprio sistema, a estrutura e a maneira pela qual as relações de poder se desenvolveram a partir do município, mostrando que na Primeira República a figura do senhor absoluto já desaparecera por completo.

CAPÍTULO SEGUNDO

Coronelismo, Enxada e Voto: a inversão do discurso historiográfico sobre a política da Primeira República.

Referência fundamental da literatura política brasileira, *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*, obra de Vitor Nunes Leal, publicada em 1949, introduziu internacionalmente - ao lado de outras obras clássicas latino-americanas sobre as estruturas de poder local na América do Sul - no foro dos estudos sócio-políticos o coronelismo, como fenômeno característico do interior do Brasil, na Primeira República.

A obra de Vitor Nunes Leal, desde seu surgimento, passou a valer como um clássico da nossa literatura política. *Coronelismo, enxada e voto* não se apresenta como um conglomerado de impressões pessoais, mas como uma análise rigorosa de realidades locais, que aprofundam suas raízes na organização agrária do Brasil, produto espontâneo do latifúndio. Sua obra levou em conta a presença do município e seu relacionamento com os demais poderes públicos, o estadual e o federal.

Vitor Nunes Leal acertadamente observa o coronelismo como correspondente de uma quadra da evolução do nosso povo, se considerarmos uma quadra que nunca se reproduz ou se repete nos caminhos da história, mas apenas pode ser observada e pensada, no tempo e no espaço, na velocidade em que se encontra a própria história. E é por isso que o autor hesitava em concordar com uma segunda edição do livro, por considerar que se tivesse de adaptá-lo às novas condições da nossa sociedade, certamente teria que reescrever um outro livro. Por isso o seu desejo na reedição do livro em sua forma original, o que, para o autor, constituiria o mérito da obra publicada em 1949.

A tese central da obra de Vitor Nunes é a contestação da impressão que tomou o debate político brasileiro nos anos de 1930 e 1940 - anos que marcaram a decadência do coronelismo como sistema de poder e governo -, o qual considerava a hipertrofia do papel político-eleitoral dos coronéis como decorrência lógica da força econômica e social do latifúndio.

Leal, contra essa impressão, propôs seu paradoxo: a dilatação do papel político-eleitoral do latifúndio não é sua força, mas sua fraqueza; não reflete o debilitamento mas, ao contrário, “o progressivo fortalecimento do poder público em relação ao poder privado outrora incontestável dos grandes senhores rurais”. Para o autor, com o advento da República, o Brasil superpôs um regime eleitoral-representativo de base muito mais ampla que o do Império a uma estrutura social ainda arcaica, na qual o latifúndio, embora decadente, detinha um poder residual importante, que iria progressivamente se debilitar com os aperfeiçoamentos na legislação eleitoral e com a presença cada vez maior da população urbana em relação

à rural.

Em sua obra, *Coronelismo, Enxada e Voto*, Nunes Leal discorre sobre o fenômeno “coronelismo”, de forma ampla, estrutural. O autor concebe *a priori* o coronelismo como o “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”, referindo-se à adaptação de um regime de ampla base eleitoral-representativa - embora ainda não considerado o direito de voto às mulheres, muitos dos trabalhadores adquiriram tal direito, antes rejeitado por critérios de fortuna e condição social ou mesmo racial - sobre a estrutura do latifúndio e escravismo. Eis uma das contradições do sistema, denotando o enfraquecimento dos chefes locais, pela recorrência ao *voto de cabresto*. Para o autor,

“Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. Paradoxalmente, entretanto, esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público, e isto se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural [que até meados de 1950 compunha mais de 70% da população brasileira], cuja situação de dependência é ainda incontestável”.

Eul - Soo Pang, em contraponto ao discurso de Leal, sobre a impossibilidade dos coronéis exercerem poder de mando sem o domínio de terras, acentua que, embora se afirme tradicionalmente que o coronel brasileiro era um latifundiário, o aspecto econômico da propriedade de terras foi bastante relevado na obra de Vitor Nunes, caracterizando o latifundiário como agente do sistema coronelístico. Porém, afirma Pang, que

“Entre 1850 e 1950, mudanças ocorridas no Brasil começaram a alterar a pouco funcional e altamente estratificada estrutura de classe de uma sociedade predominantemente agrária. A outrora indiscutível supremacia do senhor latifundiário à época colonial começou a se desgastar. À medida que classes auxiliares, tais como advogados, médicos, comerciantes urbanos, oficiais militares, funcionários públicos e até mesmo padres entraram na arena política, devido ao aumento das oportunidades eleitorais, a classe dominante foi obrigada a competir para manter seu eleitorado a salvo dos invasores. Em suma, a afirmação de que a propriedade de terra é condição *sine qua non* para aquisição e exercício de poder político constitui-se num exagero. Na realidade, durante a Primeira República, a posse de terras e os padrões de distribuição, ou títulos de posse, tiveram pouca influência no florescimento do coronelismo. (...) Os padrões de distribuição de terras têm muito pouca relação com a estrutura e o funcionamento do coronelismo durante a Primeira República”.

Admita-se ainda o sentido dado ao coronel por Raimundo Faoro, em relação ao poder de mando do chefe local:

“Ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito. Ele recebe - recebe ou conquista - uma fluida delegação, de origem central no Império, de fonte estadual na República, graças à qual sua autoridade ficará sobranceira ao vizinho, guloso de suas dragonas simbólicas, e das armas mais poderosas que o governador lhe confia. O vínculo que lhe outorga os poderes públicos virá, essencialmente do aliciamento e do preparo das eleições, notando-se que o coronel se avigora com o sistema da ampla eletividade dos cargos, por semântica e vazia que seja essa operação”.

Embora Nunes Leal admita que alguns chefes políticos municipais tenham sido médicos e advogados, é atribuída, em sua obra, a posse do latifúndio como premissa básica da constituição exercício do poder dos coronéis. A própria ascendência do coronel, como chefe político municipal ou estadual, afirma o autor, resulta “naturalmente” da sua qualidade de proprietário rural.

Leal evidencia alguns aspectos importantes que integravam o sistema coronelístico: a liderança na figura do coronel, a distribuição da propriedade e a composição de classes na sociedade rural do Brasil, predominância do elemento rural sobre o urbano, a rarefação do poder público e falta de autonomia municipal.

A liderança era exercida em meio ao carisma, à habilidade política e eleitoral e à violência do coronel. Pois, como foi dito, o coronel resumia em sua pessoa importantes instituições sociais que integravam o município. O chefe político local angaria votos através das benfeitorias que proporcionava ao município, senão por meio da violência, exercida, sobretudo sobre àqueles que constituíam a oposição. De forma que o trabalhador rural tinha seu patrão como benfeitor local, disposto a ajudá-lo de diversas maneiras, num litígio, no melhoramento da sua roça etc. aí se constituem os votos de cabresto, na luta do trabalhador com o coronel e pelo coronel.

O panorama geopolítico dos anos 50, momento da produção da obra de Leal, do Brasil era marcado pela concentração da propriedade no campo. Fato que certamente influenciou na afirmação de Vitor Nunes ao constatar o poderio do coronel no latifúndio. Já que, a análise de algumas das interpretações discursivas do fenômeno “coronelismo” permite desvendar as facetas da produção historiográfica *Coronelismo, enxada e voto*, de Nunes Leal, e entender o momento histórico e os motivos de sua construção, suas insinuações e intenções, e o próprio discurso ideológico do autor.

Foucault, ao tratar das discontinuidades históricas - rompendo com as convenções disciplinares, que geralmente tratava da análise das continuidades do

objeto de estudo -, observa que:

“Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

A análise estrutural do fenômeno coronelismo partiu de observações históricas da elite agrária desde a época colonial, aliada à observação imediata do ocaso do sistema, por parte do autor. A constatação da predominância do elemento rural sobre o urbano, indicando que a maioria do eleitorado brasileiro residia e votava no interior do país, e a rarefação do poder público, tornando efetiva a atuação do poder privado, em função de diversos fatores, como a limitação dos meios de transporte e comunicação ao interior do município, determinava, para Vitor Nunes Leal, o coronelismo como um sistema de reciprocidade entre os chefes municipais e os estaduais, uns dispondo do eleitorado de cabresto e outros dos erários e favores oferecidos pelo Estado. Conseqüentemente, a propriedade de terra impunha-se como determinante na formatação do coronelismo, como sistema de poder político da República Velha.

Em *Coronelismo, enxada e voto* percebe-se a preocupação do autor em evidenciar os aspectos que supostamente configuraram o fortalecimento da esfera municipal em relação ao poder público. E, por outro lado, enumerar os que marcaram a reação do poder central à autonomia dos municípios.

Ao se referir aos oficiais da câmara municipal, Leal observa que os

vereadores, em suas deliberações conjuntas com o juiz, e demais funcionários subordinados eram responsáveis, no limite de suas atribuições, por todos os assuntos de ordem local, municipal, tanto no âmbito político e administrativo como no policial e judiciário. Porém, acrescenta Leal que

“Não se pode, entretanto, compreender o funcionamento das instituições daquele tempo, inclusive das autoridades locais, com a noção moderna de separação de poderes, baseada na divisão das funções legislativa, executiva e judiciária. Havia, neste terreno, atordoadora confusão, exercendo as mesmas autoridades funções públicas de qualquer natureza, limitadas quantitativamente pela definição, nem sempre clara, das suas atribuições, e subordinadas a um controle gradativo, que subia até o Rei”.

Neste ponto o autor concorda com Caio Prado Júnior, no tocante às atribuições municipais. Para Caio Prado, não se percebe uma divisão nítida entre governo geral e local, na administração colonial, já que, de todos os atos da Câmara, há recurso para alguma autoridade superior, seja ela um ouvidor, governador, Relação ou até mesmo a Corte. Por outro lado, as Câmaras agem como verdadeiros órgãos locais da administração geral.

Após analisar a administração colonial, Nunes Leal aponta uma série de mecanismos utilizados pela Coroa para restringir a autonomia municipal.

A chegada da Corte ao Brasil, seguida da independência e da constitucionalização do país acabaram por acelerar o processo de redução progressiva do poder privado. O poder do Estado pouco a pouco foi consolidado no período imperial e republicano. A autoridade do governo passa a ser mais eficiente sobre o território nacional, sobretudo no correr do século XIX, com a reação conservadora

que, a partir da segunda metade do século, erigiu a centralização política e administrativa como princípio básico de governo.

“O fato novo e de grande significação, que então se observa, é que o poder público, especialmente a partir da abdicação de D. Pedro I, deixa de ser expressão de alguma coisa colocada acima e fora do país, para refletir em sua composição justamente as forças políticas de nossa própria terra. [...] Os fatos posteriores mostrarão, entretanto, que a figura dominante no cenário provincial continuaria a ser o presidente, delegado do Imperador, cuja função política mais importante era garantir a vitória eleitoral dos candidatos apoiados pelo governo. A lei de interpretação do Ato Adicional, a reforma do Código de Processo Criminal e, em larga medida, a jurisprudência do Conselho de Estado foram os principais instrumentos que garantiram a preeminência dos presidentes de província e, por intermédio deles, a consolidação do poder central, sem que se possa esquecer o papel desempenhado nesse processo pela mentalidade conservadora do Senado e pela precária situação financeira das províncias. Os projetos que se discutiam durante o Segundo Reinado nenhuma alteração substancial propunham na situação de dependência das comunas; alguns deles, pelo contrário, refletiam o propósito de tornar o poder provincial mais atuante dentro do município, através de um órgão executivo local, nomeado pelo presidente da província”.

O período que marca a Primeira República, entre anos de 1889 e 1930, é geralmente caracterizado pela historiografia como a retomada do poder dos municípios, e dos chefes locais face às reações centralizadoras por parte do Estado. Porém, Leal formula sua tese invertendo os padrões de análise até então vigentes: o conceito de coronelismo abrange um sistema político dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido.

“O simples fato do compromisso presume certo grau de fraqueza de ambos os lados, também, portanto, do poder público. Mas, na Primeira República - quando o termo ‘coronelismo’ se incorporou ao vocabulário corrente para designar as particularidades da nossa política do interior -, o aparelhamento de Estado já se achava suficientemente desenvolvido, salvo em casos esporádicos, para conter qualquer rebeldia do poder privado. É preciso, pois, descobrir a espécie de debilidade que forçou o poder público a estabelecer o compromisso ‘coronelistas’”.

Torna-se importante observar que o fenômeno estudado, o coronelismo, é característico o período republicano, embora suas raízes remontem ao período imperial e mesmo colonial, como foi demonstrado acima. Veja-se que a superposição, como atentou Leal, do regime representativo de base ampla a arcaica estrutura econômica e social, tendo incorporado à cidadania ativa uma grande massa de eleitores incapacitados de exercer conscientemente seu dever político, deu margem à vinculação dos detentores do poder público aos senhores locais, que arregimentaram proveitosamente àquela massa incapacitada de eleitores, formando, assim, os rebanhos eleitorais, para o voto de cabresto.

A revolução de 1930 é considerada, pela historiografia, marco para o fim do coronelismo, ou ao menos como marco de sua decadência. As diversas interpretações, que não cabe aqui analisar, variam desde o entendimento de 1930 como a revolução burguesa brasileira, como contra revolução cujo produto seria o Estado Novo de 1937, passando pelas análises de 30, como resultado de cisões oligárquicas que derivaram para um movimento reformista.

Politicamente, 1930 foi um ajuste promovido por um “conglomerado liberal” que incluía facções da oligarquia. Um ajuste necessário pelas mudanças pelo deslocamento do eixo econômico da Nordeste brasileiro para o Centro-Sul e pela crise da economia cafeeira como consequência da superprodução concomitante ao crack da bolsa de Nova York em 1929. Nesta conjuntura o Estado assumiu o papel de classe dirigente que normalmente caberia à burguesia industrial, à época uma

classe ainda em formação.

O chamado “Estado de Compromisso” de Vargas tentaria conciliar os diversos interesses de facções de classe integrantes do conglomerado liberal, implantando, porém, um projeto político-econômico que privilegiava a emergente burguesia industrial, na medida em que patrocinou os meios institucionais e materiais necessários à implantação de uma indústria de base autônoma.

O operariado foi contemplado com uma legislação trabalhista, previdenciária e sindical. Criou-se o Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho, porém os sindicatos foram cooptados e atrelados ao governo. De outro lado, os tenentes foram aliados do poder, mas, como classes médias, viram atendidas suas reivindicações quanto à implantação do voto secreto e demais instrumentos da democracia liberal.

Quanto à oligarquia agrária, segundo Leal, seria atendida no seu interesse fundamental: a estrutura agrária permaneceu intocada e a legislação trabalhista dirigida ao operariado não beneficiou o trabalhador rural. Destarte, o Estado aperfeiçoou sua máquina burocrática e centralizou suas funções.

Embora 1930 caracterize o ocaso do coronelismo como sistema de poder político e governo, não findou o poder dos coronéis nem desapareceram as oligarquias, que permaneceram como classes dominantes nas suas áreas de influência. Como afirma Boris Fausto,

“Não havia incompatibilidade entre os interesses da burguesia e os

interesses oligárquicos. O capital proveniente do café foi aplicado na industrialização e as oligarquias nordestinas, vendo seus interesses econômicos preservados, se acomodaram ao novo sistema, negociando seu poder eleitoral, sua experiência e seu ‘savoir faire’ políticos”.

Entre as principais causas da decadência do coronelismo, Leal aponta os processos de industrialização e urbanização e a conseqüente polarização do trabalhador rural, facilidade de acesso aos meios de comunicação e o voto secreto, que limitou o uso da violência e obrigou a barganha de votos. Estes fatores tanto teriam estimulado a conscientização como ajudado a quebrar a dependência das massas rurais.

A oligarquia acompanhou o processo de industrialização, penetrando no mercado financeiro na forma de sociedades limitadas ou anônimas, juntamente com os capitais nacionais e externos. Assim observa Maria Isaura,

“Quanto mais rica a região e maior a diferenciação e estratificação social em camadas, maior o desaparecimento da ‘parentela’ e mais forte o poder da oligarquia”.

Alguns coronéis permaneceram no exercício direto da política, outros a transferiram para os seus prepostos, sem, contudo, perder o controle do processo político nas suas bases eleitorais. Mesmo nos casos em que o poder da oligarquia, dos grupos de parentela, se desgastou, tendo diminuído seu nível de influência, ainda permaneceu o município como grande reduto do poder do coronel.

O município como grande reduto de poder do coronel, não significava,

portanto, para o autor de **Coronelismo, enxada e voto**, a sobreposição da força municipal face os interesses do Estado, como supunha as análises do fenômeno “coronelismo” anteriores à tese de Nunes Leal. Este autor, por sua vez, identificou a base do poder no Estado, que se fortalecia com o sistema de governo do coronelismo, pela política implantada na esfera municipal. O poder detido pelo coronel se restringia a nível local. Dessa forma, o discurso de Vitor Nunes desestruturou o debate político então vigente, das décadas de 40 e 50, redefinido os caminhos trilhados pelos estudos historiográficos e análises posteriores, ao tratar do sistema de governo coronelista da Primeira República.

CAPÍTULO TERCEIRO

A Evolução do Objeto de Estudo: permanências e descontinuidades da teoria de Vitor Nunes Leal.

A historiografia das décadas de 20, 30 e 40 pretendeu uma releitura de toda a história brasileira, redescobrimo o Brasil. A geração responsável pela produção historiográfica se compunha dos filhos e netos das oligarquias do século XIX. Clássicos como Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Paulo Prado são exemplos dessa geração. São ainda as grandes famílias que, perdendo seu poder econômico, suas fazendas, reconstituíram esse poder num plano de grande importância, a interpretação do Brasil. É nesse contexto que surge a obra de Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, tocando no tema da política regional dos

coronelismos.

Considerada a obra de maior peso e significado para a historiografia brasileira sobre o fenômeno do coronelismo, *Coronelismo, enxada e voto*, de Vitor Nunes Leal, se submete à análise do discurso numa tentativa de perceber o que levou a sua construção, pela desestruturação e análise das condições de produção do documento, naquele momento histórico. A obra foi escrita em 1949, momento que marcava o fim do coronelismo como sistema de poder político e governo. Portanto, compreender o que essa obra representou para a época de sua produção, e seu significado atual, é de singular importância.

Eni P. Orlandi entende o discurso como palavra em movimento, sendo que a análise do discurso procura compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, considerado parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história. A autora observa que os estudos da linguagem, como prática social e histórica, e todos aqueles no âmbito das ciências humanas e sociais se confrontam com a articulação entre o simbólico e o político.

“A análise do discurso concebe a linguagem como mediação [discurso] necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação torna possível tanto a permanência e a continuidade como o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que vive”.

O discurso de Victor Nunes Leal trata justamente da observação dessas permanências e transformações que caracterizaram a estrutura política e social do período, e que constituíram a base de seu próprio discurso e tese em contraposição ao debate político da época. *Coronelismo, enxada e voto*, publicado em 1949,

representou, para a historiografia, um “divisor de águas” da história política brasileira da República Velha. A obra rompeu com o discurso dominante, que entendia o coronelismo como um mecanismo de poder político, do município à Presidência da República, pelo fortalecimento do setor agrário.

O primeiro ponto a ser observado na análise de Nunes Leal é o caráter estrutural da construção da sua obra, em torno do fenômeno do coronelismo. O autor, ao tratar da “história dos regionalismos”, empreende uma análise conjuntural do fenômeno, abrangendo todo o conceito dado ao coronelismo. É evidente, portanto, que, numa análise de história regional, trate-se da observação do fenômeno em suas particularidades regionais. O próprio autor reconhece que

“Dadas as peculiaridades locais do ‘coronelismo’ e as suas variações no tempo, o presente estudo só poderia ser feito de maneira plenamente satisfatória, se baseado em minuciosas análises regionais, que não estava no nosso alcance realizar. Entretanto, a documentação mais acessível e referente a regiões diversas revela tanta semelhança nos aspectos essenciais que podemos antecipar um exame de conjunto com os elementos disponíveis”.

Embora Leal indique semelhança do fenômeno em diversas regiões, a semelhança observada se reduz à estrutura do sistema. A política coronelista deu-se de maneira diversa e particular em cada região ou estado federado. E o poder do coronel foi obtido e exercido de formas tão distintas que, se observado minuciosamente, há diferenças dentro duma mesma região. É, portanto, a peculiaridade do sistema e de seus componentes, em regiões diversas, que confere à história seu regionalismo.

À historiografia coube enunciar as peculiaridades regionais do sistema em

obras como a de Jean Blondel, *As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba* (1957), Eul-Soo Pang, *Coronelismo e Oligarquias* (1979), Francisco Itami Campos, *Coronelismo em Goiás* (1987), Luís G. Palacín, *Coronelismo no Extremo Norte de Goiás* (1990), e João Morais de Sousa, *Coronelismo em Malta: práticas utilizadas para o controle do poder local - 1953-1992* (1997), dentre outros. Evidentemente Nunes Leal não perde a excelência conferida a sua obra, pois permanece como um estudo pioneiro e coerente da política empreendida na República Velha.

Um aspecto indiscutível do objeto de estudo diz respeito às origens dos coronéis. A historiografia, dado mais de meio século de observação do coronelismo, parece concordar quanto ao surgimento dos primeiros personagens que comporia o sistema. A origem dos coronéis é atribuída á extinta Guarda Nacional, no século XIX.

Durante quase um século, existia em cada um dos municípios brasileiros um regimento da Guarda Nacional. O posto de coronel era geralmente concedido ao chefe político da comuna. Ele e os demais oficiais uma vez inteirados das respectivas nomeações tratavam logo de obter as patentes, pagando-lhes os emolumentos e averbações para que elas pudessem produzir os seus efeitos legais. Posteriormente, além dos que ocupavam tal posto na Guarda, o tratamento de “coronel” passou desde logo a ser dado a qualquer chefe político, a todo e qualquer magistrado local, pelo sertanejo.

História a parte, o que interessa nessa discussão conceitual é a discordância, daí advinda, das abordagens discursivas quanto à origem do poderio dos coronéis. Neste ponto, as análises mais recentes rompem com o discurso produzido

por Nunes Leal.

A literatura sobre o coronelismo apresenta tendências diferentes sobre a base de determinação desse sistema de domínio político, da Primeira República. Para Nunes Leal, por exemplo, a propriedade da terra é considerada como elemento determinante do sistema coronelista. Essa tendência é ainda a predominante na historiografia brasileira. Esse autor entende que a estrutura agrária, concentradora de capital, de bens e de possibilidades de ascensão social, predeterminou, em última instância todo o sistema coronelista.

“Parece evidente que a decomposição do coronelismo só será completa quando se tiver operado uma alteração fundamental em nossa estrutura agrária. A ininterrupta desagregação dessa estrutura - ocasionada por diversos fatores, entre os quais o esgotamento dos solos, as variações do mercado internacional, o crescimento das cidades, a expansão da indústria, as garantias legais dos trabalhadores urbanos, a mobilidade da mão-de-obra, o desenvolvimento dos transportes e das comunicações - é um processo lento e descompassado, por vezes contraditório, que não oferece solução satisfatória para o impasse. [...] Assim como a estrutura agrária ainda vigente contribui para o ‘coronelismo’, também o ‘coronelismo’ concorre para a conservação dessa mesma estrutura”.

Por outro lado, Raymundo Faoro considera que o poder político dos chefes locais, mais do que a propriedade da terra, é determinado pelo “prestígio” e pela “honra social” tradicionalmente reconhecidos. Já Dantas acredita que o que determinava a fonte de poder de um coronel era a presença das milícias militares, sob seu comando.

“O controle da coerção foi de maior importância como fonte de poder político do que outro elemento qualquer. A vitória eleitoral, que legitimava os candidatos, guardava uma dependência maior do controle da coerção do que dos votos propriamente ditos”.

Parece, contudo, que Dantas superestimou o papel das milícias ao considerá-las como elemento determinante do poder político dos chefes locais. Já que, em algumas regiões, o papel das milícias locais foi significativo no domínio político regional, mas, em outras localidades, preponderou a força eleitoral nos termos descritos por Nunes Leal. Dessa forma, é um tanto perigosa - e mesmo pretenciosa - a afirmativa de que as milícias particulares eram o principal elemento que determinava o poder político dos coronéis, ainda que em determinado período histórico.

Outra análise interessante a ser abordada é a de Moraes de Sousa, que considera um conjunto de elementos que permitiram a obtenção e manutenção da força política dos coronéis.

“Minha hipótese é a de que existem, assim, outros elementos que ajudam a explicar o fenômeno, como a política assistencialista-paternalista e clientelista adotada pelos chefes, em suas localidades, patrocinada e assegurada pela máquina administrativa local, bem como pelas relações com as esferas mais amplas onde se incluem as políticas públicas demandadas no município. A concessão dessas políticas quase sempre é atribuída à ‘bondade’, à ‘generosidade’, dos chefes, e não à distribuição impessoal de recursos de competência burocrática da máquina administrativa local, estadual e federal”.

Quanto a Pang, Blondel e Maria Isaura, que minimizaram a estrutura agrária como determinante do sistema coronelista e encontraram sua base em outros elementos como o comércio, a indústria, a parentela e as profissões liberais, e o carisma como base de poder político.

As análises discursivas desses autores apresentam um aspecto de suma importância, em relação a de Leal: tanto Pang como Blondel e Maria Isaura, apesar de divergirem em alguns pontos discursivos, chegam à conclusão explicitada acima por fazerem uma análise individualizada, evidenciando as peculiaridades regionais do tema.

O terceiro aspecto importante a ser observado na obra de Nunes Leal é a questão do ocaso do coronelismo. Os estudos historiográficos divergem quanto à natureza do coronelismo, exceto num ponto: todos os discursos, ou a maioria deles, produzidos a respeito do coronelismo, enquanto *sistema* de poder político e governo, consideram o ocaso do coronelismo a revolução de 1930. O problema advindo daí é conceitualizar as formas de coerção e poder político que se deram, na história do nosso país, a partir do fim do sistema.

Leal acredita que o sistema coronelista somente findaria com uma alteração fundamental na estrutura agrária brasileira. A revolução de 1930 trouxe consigo diversos fatores - como o crescimento das cidades e a expansão da indústria, por exemplo - que contribuíram ininterruptamente para a desagregação de tal estrutura. O fato é que, em Leal, tem-se a desestruturação do sistema coronelista relacionado à desagregação da estrutura agrária, e o coronel, por sua vez, diferenciado do coronelismo, historicizado pela tese desse autor.

Os estudos historiográficos, em sua maioria, consideram mesmo 1930 como marco do fim do coronelismo, como se disse, enquanto sistema de governo. O

próprio Leal admite que a execução do Código Eleitoral de 1932, o declínio da influência governista nas eleições, aliado às mudanças estruturais da sociedade brasileira após 30, têm minguado o sistema coronelista. Embora afirme que, mesmo nos anos 50, era incontestável o peso do governo nos municípios do interior, através da aliança coronelista.

Por outro lado, diversos pesquisadores acreditam na sobrevivência do coronelismo como fator de coerção política, após a década de 30. Estes pesquisadores conceituaram tais práticas políticas como neocoronelismo. Carlos Guilherme Mota, em seminário sobre o Parlamento Brasileiro observa, ao citar Victor Nunes Leal:

“Ele [Leal] já tocava no tema da política regional dos coronelismos. Hoje, sobretudo, nos debatemos com os neocoronelismos, inclusive urbanos, na minha província de São Paulo, por exemplo, onde se têm revivescências de formas coronelísticas em pleno capitalismo avançado.”

Escrevendo em 1985 sobre a política nordestina, Maria Antônio Alonso de Andrade entende que o novo neocoronel apresenta-se como um misto de moderno empresário e de coronel.

“Como empresário modernizou-se ou soube fazer uso dos instrumentos creditícios e financeiros oferecidos pelo governo. Conservou, porém, velhos traços do antigo coronel, no que se refere as suas práticas políticas”.

Em contrapartida, e com propriedade, José Murilo de Carvalho chama atenção para a imprecisão quanto à utilização de conceitos como mandonismo, coronelismo e clientelismo, presentes nos estudos de poder local no Brasil.

Ao citar o conceito de coronelismo, José Murilo está se referindo ao trabalho pioneiro de Nunes Leal. Observa-se que, em sua interpretação do coronelismo, Leal está justamente identificando as novas formas assumidas pelo clientelismo em um determinado contexto de expansão de direitos políticos sobre uma malha social caracterizada pela ausência das garantias dos direitos civis e forte dependência pessoal, em meio à urbanização, modernização e aumento do poder público, em detrimento do poder privado local, marcado tradicionalmente pelo mandonismo. Dessa forma, o coronelismo apresenta-se como uma forma particular, num determinado contexto histórico, de manifestação do fenômeno clientelista. Portanto, contra a tentação de estender o conceito de coronelismo às formas urbanas que vem assumindo o clientelismo, é que José Murilo acertadamente faz a diferenciação e explanação conceitual dos fenômenos.

Embora já tenha sido abordado acima, o quarto ponto a ser discutido configura-se como o de maior importância nesse trabalho, pois, trata da base de interpretação discursiva do fenômeno do coronelismo por Victor Nunes Leal: a política coronelista da Primeira República deu-se em função do enfraquecimento do poder privado local face ao fortalecimento do poder do Estado. Foi através da superposição de um regime eleitoral-representativo, de base mais ampla que a do período imperial, a uma estrutura social ainda arcaica que, na Primeira República, o latifúndio, embora decadente, deteve um poder residual importante, configurando o poder dos coronéis na política brasileira.

Com essa afirmativa Nunes Leal rompia com o discurso até então

produzido, imprimindo um novo significado às relações de força e poder que regiam a política da República Velha. Para a análise do discurso, deu-se a articulação contínua entre a estrutura, neste caso, a sociedade brasileira, e o acontecimento, a política do coronelismo, no discurso, no movimento do simbólico, que tem na língua e na história sua materialidade.

“A análise do discurso não procura o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica. A ideologia não se aprende, o inconsciente não se controla com o saber”.

Leal certamente, ao romper com o debate político sobre o fortalecimento da esfera municipal e do poder da política privada dos coronéis, enunciava sua ideologia com a observação do sujeito, constituído pelo sistema de governo, e dos sentidos, relação determinada do sujeito com a história. Daí advém sua interpretação desse sujeito, responsável pela produção de algo novo, *Coronelismo, enxada e voto*, que, ainda hoje, representa um clássico da literatura política brasileira.

E é, a consideração do fortalecimento do poder dos Estados, ligada a uma estrutura agrária decadente, que imprime à obra o seu caráter permanente, apesar das contestações de alguns autores em produções subseqüentes. E isto, o movimento, determina o caráter contínuo da história e da produção historiográfica.

Num trabalho recente, Rui Tavares Maluf analisa o processo político-eleitoral paulista e flagra uma realidade que, apesar dos elementos de continuidade do fenômeno - mandonismo, clientelismo etc. - é bem distinta, e até mesmo contraditória, às teorias dos clássicos da sociologia e política das décadas de 50, 60 e 70. Contra toda uma bibliografia que insiste nas metamorfoses dos coronelismos, Rui

os concebe como prova do caráter autoritário da vida pública brasileira, demonstrando como se configura, nos marcos da Constituição de 1988 e num contexto de polarização das instituições e insuficiente participação popular, um processo que põe contra a parede a noção arraigada de que o Chefe do Executivo é o senhor absoluto da política local.

Assim, a tese de Rui Tavares se impõe como contraprova empírica à de Leal, cujo sistema coronelístico foi historicizado, circunscrito a um processo cuja origem estava no século XIX, na qual a estrutura advém do federalismo republicano, e a decadência do avanço da industrialização, da urbanização dos aprimoramentos da democracia representativa e das transformações da estrutura agrária.

De modo que, o problema não está em observar a veracidade dessas construções históricas - mesmo porque a verdade absoluta em história apresenta-se como elemento utópico, no âmbito da ciência -, mas buscar as diversas interpretações discursivas do fenômeno coronelismo, suas intenções e motivos que determinaram a construção do discurso.

Tem-se assim, constatado os elementos teóricos que permitiram à tese de Leal um caráter permanente no campo da historiografia (além do pioneirismo da obra) tornando-a um clássico da literatura política brasileira. Por outro lado, as descontinuidades de *Coronelismo, enxada e voto*, permitiram o surgimento de novas construções teóricas, algumas delas baseadas no discurso do próprio Leal, ainda que para destituí-lo da importância que lhe foi atribuída .

Em contraponto, ou reafirmando a tese de Nunes Leal, surgiram novas teses, algumas delas citadas acima, e abordagens históricas sobre o coronelismo e as práticas de clientelismo no Brasil, sobretudo no Nordeste, onde o fenômeno ganhou mais força. Em suma, a análise das formações discursivas mais recentes permite compreender as novas construções teóricas sobre o tema e o que se perdeu nos discursos anteriores. E construções discursivas, como a de Leal, permanecem historicamente, como marcos da historiografia brasileira.

“Pensar o social como um conjunto articulado de discursos pressupõe analisar as formas como essa multiplicidade se instala, como em seu interior os discursos se completam, se identificam e se organizam.”

CONCLUSÃO

Diversos estudos têm surgido em torno do coronelismo, fenômeno político característico da Primeira República Brasileira. As análises, recentes ou não, têm tomado por base a tese de Vitor Nunes Leal, embora a contradiga em alguns pontos.

Coronelismo, enxada e voto se mantém, por mais de meio século, como o clássico literário referente ao estudo do coronelismo como forma de poder político e sistema de governo na República Velha, responsável por um novo direcionamento das análises historiográficas posteriores.

Os estudos historiográficos sobre o coronelismo têm mostrado que esse sistema de governo veio promovendo transformações radicais na sociedade brasileira e na condução da política pública. Algumas das análises recentes reconhecem as consequências e mesmo vestígios do coronelismo, como forma de poder político, nos dias atuais. Outras, por sua vez, consideram findado esse sistema de governo.

Por outro lado, o torna o discurso de Nunes Leal singular nas análises historiográficas sobre o coronelismo é justamente o elemento que rompe com as análises anteriores, das décadas de 30 a 50: Leal propôs a inversão do discurso anterior para suplantá-lo. Segundo o autor, o que permitiu a ascensão do poder privado nas políticas públicas foi justamente o enfraquecimento do latifúndio, tendo o setor agrário, naquele momento, a necessidade de promover sua sobrevivência com o único meio que lhe permitia a obtenção de poder na esfera pública, a angariação de votos de cabresto para levar à esfera estadual e federal os senhores de terra. Tal política de compromissos permitia o revezamento de interesses políticos e financeiros, principalmente entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo.

O livro de Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil (1889-1930)*, foi bem estruturado, tratando minuciosamente da política local implantada pelos coronéis na Primeira República.

Os sete capítulos que compõem o livro trás, em cada um deles, os instrumentos que permitiam aos senhores de terra a execução de sua política governista, como a eletividade da Administração Municipal, a organização policial e judiciária e a legislação eleitoral. Contudo, a obra de Leal contém uma análise estrutural do fenômeno coronelismo, observado suas características gerais, reconhecido pelo próprio autor. Boa parte da historiografia brasileira entende que, em certa medida, a análise de Leal perde por tratar de maneira conjuntural a história dos regionalismos.

De acordo com a análise do discurso, viu-se que o mérito do discurso de Nunes Leal é a observação do que permaneceu e do que foi transformado na estrutura social e política do período tratado. Outro ponto importante é a constatação de que a abordagem política do fenômeno foi, histórica e historiograficamente, sobreposta, ou predominante, à social. Certamente que alguns autores, como Maria Isaura Pereira de Queiroz, trazem à tona uma abordagem sociológica do fenômeno, evidenciando as conseqüências do coronelismo à estrutura da sociedade brasileira.

A construção da tese de Leal surgiu num momento em que o coronelismo estava em debate, na pauta do Congresso e discutido no meio acadêmico. As décadas de 40 e 50 foram marcadas pela discussão do fenômeno, ainda recente.

Portanto, o discurso de Leal tornou possível uma reorientação dos estudos e produções historiográficas sobre o coronelismo e as práticas de poder que caracterizam a sociedade brasileira. Coronelismo, mandonismo, clientelismo, paternalismo e etc., embora diferenciados em seus conceitos, todos caracterizam alguma forma de poder que ainda hoje é exercido em nossa sociedade, e que mantém

uma minoria nas rédeas do poder, ao tempo que exclui da prática política e cidadania a maioria do povo brasileiro. À historiografia compete a análise desses fenômenos e à análise do discurso a interpretação e entendimento dessa produção historiográfica, dos elementos que permitem a construção dos discursos diversos, das razões de sua permanência ou descontinuidade e as transformações que indicam uma evolução do objeto de estudo, ao longo do tempo e da memória.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Maria Antônio Alonso de. *Neo-Coronelismo e Perspectivas Eleitorais na Nova República*. João Pessoa, UFPB, 1985.

BLONDEL, Jean. *As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba*. Ed. Fundação Getúlio Vargas, RJ, 1957.

BURSZTYN, Marcel. *O Poder dos Donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste*. ED. Vozes, SP, 1985.

_____. *O País das Alianças*. Ed. Vozes, SP, 1986.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia UFG, 1987.

- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Ed. UFMG, MG, 1999.
- COSTA, Eleanor V. *Sobre o Acontecimento Discursivo*. Ed. UnB, 1994.
- DANTAS, Ibarê. *Coronelismo e Dominação*. Aracaju, UFS, 1987.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Ed. Globo, SP, 2002.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30*. São Paulo, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Ed. Loyola, SP, 2000.
- IGLESIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil 1500-1964*. Companhia das letras, SP, 1993.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Ed. Nova Fronteira, RJ, 1997.
- LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. Enciclopédia Enaldi. Lisboa, Casa da Moeda/ Imprensa Nacional, 1985.
- MALUF, Rui Tavares. *Prefeitos na Mira. Análise dos Processos de afastamentos dos Prefeitos Paulistas*. Ed. Biruta, SP, 2001.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Parlamento Brasileiro na História - Os Sete Descobrimentos*. Em Seminário Parlamento Brasileiro: História e Perspectivas, 2002.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos*. Ed. Pontes, SP, 2002.
- PALACÍN, Luís G. *Coronelismo no Extremo Norte de Goiás*. Ed. Loyola, SP, 1990.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934)*. Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1979.
- PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. *Seminário Desarrollo Humano Institucional*

em America Latina. Instituto Internacional de Gobernabilidad, 2000.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a Palavra o Senhor José Sarney: o discurso o Plano Cruzado*. Ed. HUCITEC, SP, 1989.

PRADO, Caio Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Ed. Brasiliense, SP, 1970.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira*. Ed. Alfa-Omega, SP, 1976.

_____. *O Coronelismo numa Interpretação Sociológica*. Em FAUSTO, Boris(dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano - Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. DIFEL, SP, 1975, Tomo III, vol. I, p. 153-190.

SOUSA, João Moraes. *Coronelismo em Malta: práticas utilizadas para o controle do poder local*. Recife, UFPE, 1997.

VELASCO, Domingos. *Anais*, 1934, vol. I, p. 297 e 298.

WILLEMS, Emílio. *Burocracia e Patrimonialismo*. 1956, p. 06.

